

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.461 - SP (2019/0028227-0)

AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862
NEWTON NEIVA DE FIGUEIREDO DOMINGUETI -
SP180615
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Banco Santander (Brasil) S.A., contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAUTELAR DE DEPÓSITO. DECADÊNCIA RECONHECIDA QUANTO A PARTE DO DÉBITO. LEVANTAMENTO PARCIAL. DIVERGÊNCIA NOS CÁLCULOS.

I - Proposta ação cautelar para suspensão da exigibilidade do crédito tributário inserto nas CDAS 32.038.935-9 e 34.468.528-9, efetuou-se o depósito judicial do montante integral em 07.11.2000, sob a égide da Lei nº 9.703/98.

II - Houve retificação de lançamento na via administrativa para reconhecer a decadência relativamente ao período de 05/1984 a 12/1988, remanescendo a cobrança quanto ao período de 01/89 a 11/94, o que ensejou o pedido de levantamento parcial dos depósitos, dado o excesso de execução.

III - Apesar da concordância da União com os valores apresentados, houve posterior cobrança de valores referente aos débitos em questão, sob alegação de que a sistemática utilizada para o levantamento dos depósitos judiciais estava equivocada.

IV - Na apuração dos valores a levantar o contribuinte utilizou-se do valor atualizado do débito, já excluídas as parcelas decaídas, com números obtidos na consulta DATAPREV, confrontando-o com o valor atualizado dos depósitos, ambos calculados para nov/2009.

V - Ainda que os cálculos considerassem o valor devido à data do depósito e o valor devido em 2009, com a exclusão das parcelas decaídas, ambos atualizados para 2009, o resultado obtido deveria ser o mesmo, pois o depósito judicial, na esfera federal, nos termos da Lei nº 9.703/98, é realizado na Caixa Econômica Federal, que responde pela sua remuneração com base na Taxa Selic, a mesma aplicada aos débitos tributários federais.

VI - No entanto, tudo aponta para que não tenha sido essa a sistemática adotada, já que o valor devido em 2009, já excluídas as parcelas decaídas, aparentemente inclui juros e multa moratórios relativos também ao período depositado, o que não se mostra pertinente pois o depósito judicial cessa a mora do devedor e, com isso, a fluência de juros e multa moratórios.

VII - Neste contexto de provável apuração de valores de forma indevida, reputo necessária a retomada da discussão nos autos da ação cautelar, com a remessa dos autos à Contadoria a fim de apurar os valores,

mediante a aplicação da correção monetária cabível, individualizando-se os valores que foram acobertados pela decadência, de molde a permitir a simples operação aritmética de subtração do total do depósito atualizado dos valores decaídos.

VIII - Agravo de instrumento parcialmente provido.

Na origem trata-se de ação cautelar, sede em que foi proferida decisão que declarou a nulidade do crédito tributário, em razão da preclusão ocorrida e reconheceu a regularidade do montante levantado pelo contribuinte por estar em conformidade com os critérios legais.

Interposto agravo de instrumento pela União, o Tribunal de origem deu-lhe parcial provimento para determinar a remessa dos autos à contadoria a fim de aplicar a correção monetária cabível, individualizando-se os valores atingidos pela decadência, de modo a permitir a simples operação aritmética do total dos depósitos atualizado dos valores decaídos, conforme ementa acima transcrita.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta a violação dos arts. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/1995, bem como 1º, I, e 2º-A, II, ambos da Lei n. 9.703/1998, aduzindo, em resumo, que o Tribunal de origem deveria ter considerado que os depósitos judiciais relativos a tributos federais possuem regime jurídico próprio da Lei n. 9.703/1998, tendo confundido os juros moratórios com os remuneratórios, ao afirmar que o depósito judicial cessa a mora do devedor e, com isso, a fluência de juros e multa moratórios.

Indica, ainda, a ofensa aos arts. 471, 473 e 474, todos do CPC/1973, sustentando, em suma, que, ao afastar a preclusão em razão da indisponibilidade do crédito tributário, o Tribunal de origem não se atentou à impossibilidade de se analisar e decidir novamente a questão *sub judice*, sobre a qual já se operou a preclusão.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Sobre a alegada ofensa aos arts. 471, 473 e 474, todos do CPC/1973, o recurso não comporta seguimento.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da preclusão sobre a questão da verificação dos valores a serem levantados vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que decidiu, diante da análise detida das circunstâncias peculiares do caso concreto, ser necessária a reforma parcial da decisão singular para aferição precisa dos valores a serem levantados pelo contribuinte, conforme se pode verificar do seguinte trecho do acórdão recorrido:

No entanto, tudo aponta para que não tenha sido essa a sistemática adotada, já que o valor devido em 2009, já excluídas as parcelas decaídas, conforme extratos de fls. 304/305, aparentemente inclui juros e multa moratórios relativos também ao período depositado, o que não se mostra pertinente pois o depósito judicial cessa a mora do devedor e, com isso, a fluência de juros e multa moratórios.

Neste contexto de provável apuração de valores de forma indevida, reputo necessária a retomada da discussão nos autos da ação cautelar, com a remessa dos autos à Contadoria a fim de apurar os valores, mediante a aplicação da correção monetária cabível, individualizando-se os valores que foram acobertados pela decadência, de molde a permitir a simples operação aritmética de subtração do total do depósito atualizado dos valores decaídos.

Oportuno observar que, em se tratando de crédito tributário, apurada a existência de valores em favor da Fazenda Pública, não há de se cogitar em preclusão com concordância de valores a levantar, na medida em que se trata de direito ao qual o fisco não pode dispor. (fl. 495)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Acerca da alegada ofensa aos arts. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/1995, bem como art. 1º, I, e 2º-A, II, ambos da Lei n. 9.703/1998, não prospera o pleito recursal.

Com efeito, o acórdão está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que os depósitos judiciais, regidos pela Lei 9.703/98, tem efeitos legais, dentre os quais a devolução do montante depositado acrescido de juros de mora equivalentes à Taxa Selic, não havendo que se falar em afronta aos dispositivos legais apontados.

Nesse sentido, confirmam-se:

TRIBUTÁRIO. BANCÁRIO. DEPÓSITO JUDICIAL. DEVOLUÇÃO. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. LEI 9.703/98. INAPLICABILIDADE. DEPÓSITO EFETUADO NO BANCO DO BRASIL.

1. "Para operarem os efeitos previstos na Lei n. 9.703/98, entre os quais a devolução do montante depositado acrescido de juros de mora equivalentes à taxa SELIC, os depósitos judiciais devem ser efetuados na Caixa Econômica Federal" (REsp 1.015.075/AL, Rel. Ministra Denise

Arruda, Rel. p/ Acórdão Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 1º/2/2010).

2. Hipótese em que os depósitos judiciais foram efetuados no Banco do Brasil.

3. Embargos de divergência não providos.

(EResp 1105784/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/02/2010, DJe 04/03/2010)

TRIBUTÁRIO. DEPÓSITOS JUDICIAIS REFERENTES A TRIBUTOS FEDERAIS. LEI N. 9.703/1998. ATUALIZAÇÃO. TAXA SELIC. CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL NA CEF. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO.

1. A taxa SELIC, como forma de correção monetária dos depósitos judiciais e extrajudiciais, somente incide após o advento da Lei n. 9.703, de 17 de novembro de 1998. Precedentes: REsp 851.400/DF, DJe 18.2.2009; REsp 902.323/MG, DJU 25.2.2008; REsp 750.030/RS, DJU 29.6.2007; REsp 795.385/RJ, DJU 26.2.2007, EDcl no RMS 17.976/SC, DJU 26.9.2005, REsp 769.766/SC, DJU 19.12.2005, REsp 817.038/RJ, DJU 30.3.2006.

2. Para operar os efeitos previstos na Lei n. 9.703/98, entre os quais a devolução do montante depositado acrescido de juros de mora equivalentes à taxa SELIC, os depósitos judiciais devem ser efetuados na Caixa Econômica Federal.

3. Os embargantes, inconformados, buscam, com a oposição destes embargos declaratórios, ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. Todavia, impossível dar efeitos infringentes aos aclaratórios sem a demonstração de qualquer vício ou teratologia.

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EREsp 1015075/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/03/2010, DJe 30/03/2010)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator